

Rituais Midiáticos e o Jornalismo em Portugal

Açoriano de São Miguel, Mário Mesquita é reconhecido como um dos principais nomes do Jornalismo em Portugal, tanto no meio profissional quanto no universitário. Começou sua carreira profissional no República, em 1971, e quatro anos depois era diretor-adjunto do Diário de Notícias de Lisboa. Foi diretor principal do Diário de Notícias e em seguida do Diário de Lisboa. Participou do Conselho de Imprensa e do Conselho de Comunicação Social, órgãos reguladores da atividade de mídia em Portugal. Primeiro ombudsman de imprensa em seu país, como Provedor de Leitores do Diário de Notícias, foi professor da Universidade Nova de Lisboa e montou a Licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra. Autor dos livros *Jornalismo em Análise* e *Jornalismo Cívico* (este com Nelson Traquina), dirige a Coleção Comunicação da Editora Minerva de Coimbra. Atualmente atua na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, é colunista do Público de Lisboa e prepara a defesa de sua tese de doutoramento na Universidade Católica de Louvain-La-Nieue, na Bélgica. Mário Mesquita esteve na UFSC no inverno de 2000, quando concedeu esta entrevista ao professor Francisco Karam.

Francisco Karam: Muitos autores criticam hoje o chamado pensamento único no campo político e econômico, uma espécie de fundamentalismo de mercado, que busca um consenso social para suas idéias. Você tem estudos que discutam esta temática?

Mário Mesquita: Acho que a expressão “pensamento único”, que tem a ver com o *Le Monde Diplomatique*, com seu editor Ignacio Ramonet mas que pode ser buscado em autores como Noam Chomsky não tem força suficiente para discorrer sobre toda a complexidade da situação. Eu prefiro dizer que há, talvez, um “pensamento predominante”, veiculado pelos meios de comunicação de massa. Apesar de tudo, acho que ainda há flexibilidade suficiente para que outras formas de pensamento se expressem. Portanto, não tenho uma visão tão catastrófica, tão herdeira da Teoria Crítica, como alguns desses autores manifestam.

Efetivamente, os media desempenham um papel de fabricação do consenso em determinados momentos. Mas a mídia também espelha freqüentemente momentos de crise, de ruptura, produzidos socialmente. Basta pensarmos nas transformações ocorridas nos países do leste, onde a mídia teve um papel importante, naturalmente que em interação com fenômenos sociais e coletivos.

Tenho estudado, na seqüência de investigações de autores como Daniel Dayan e Elihu Katz, a perspectiva da criação do consenso através de determinados fenômenos, de determinados acontecimentos que tendem a ser hegemônicos na sociedade em dados momentos. Para estes autores, em tais momentos a mídia reforça necessidades e valores na sociedade. Por exemplo, foi o que ocorreu aqui no Brasil, entre outros momentos e acontecimentos, na alegria pela vitória do

tenista Gustavo Kuerten, o Guga, no torneio de Roland Garros em 2000. Houve uma “explosão” em Florianópolis, ao mesmo tempo em que a cidade se esvaziava, em que as pessoas se reuniam em pequenas comunidades, que os autores chamam de comitês de enunciação, isto é, ver o acontecimento, uma competição subordinada à regra. Criam-se, assim, modos de identificação social. Há o caso Ayrton Senna e o papel que desempenhou; há o futebol.

Há, no entanto, outros tipos de cerimônias mais ligadas a uma dimensão crítica, em que, ao mesmo tempo que produzem consenso, propagam papéis ligados à ruptura. Existem - e é uma das críticas feitas a esses autores por não levarem em consideração - certos rituais que são verdadeiros rituais de excomunhão. Rituais manifestados pela mídia, como os que, por exemplo, investem contra determinadas personalidades, acusadas de crimes sem sequer terem sido julgadas por eles. São transformadas em “bodes expiatórios”, praticamente excluídas do convívio social. Há, por vezes, aspectos de grande brutalidade nestes mecanismos. Há também um certo automatismo, um certo mimetismo entre os media, que se desenvolve em um turbilhão muito rápido.

FK: Quais os principais casos analisados em tais bases, envolvendo a fabricação do consenso? Como você vem trabalhando, com base em Katz e Dayan?

MM: Ao longo dos anos 80 e 90, a equipe coordenada por eles estudou vários casos. O primeiro foi a visita do presidente Anwar El Sadat (ex-presidente do Egito, assassinado em 81) a Israel. Foi uma visita de Estado, mas também um evento transformado em cerimonial que tinha uma dimensão transformadora, além da conservação da ordem estabelecida. Ali

havia uma diplomacia do gesto ou uma diplomacia do risco, com a possibilidade de mudança de alguma coisa na opinião pública dos dois países. Depois, os dois pesquisadores estudaram outros casos, como o casamento do príncipe Charles com Diana de Gales. Houve também uma série de estudos que fizeram sobre os Jogos Olímpicos.

Nestes casos, aplicando métodos da Sociologia e da Antropologia Social, foi possível estudar tais rituais de passagem em cerimônias públicas e/ou religiosas. Há um trabalho do próprio Daniel Dayan, que é um estudo muito minucioso da visita do Papa, retrabalhada pela televisão. O estudo leva em conta uma certa compreensão entre aquilo que é o noticiário - o telejornal como um momento do conflito - e a transmissão da cerimônia diretamente como um momento do consenso.

Pessoalmente, estudei um grande ritual mediático na televisão portuguesa: a transmissão direta do funeral do primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro. Ele foi o primeiro homem de uma direita, ou de centro-direita, ou, ainda, de uma direita moderada que assumiu o governo em Portugal depois da Revolução de 25 de abril de 74. Após a Revolução, houve uma crise de legitimidade da direita porque estava associada à ditadura, derrubada no 25 de abril. Foi necessário que emergisse uma nova direita que permitisse o estabelecimento de um regime onde houvesse alternância política. E, portanto, a figura de Sá Carneiro teve uma grande importância. O interesse do ritual se deveu também ao fato de que, sendo um ritual tradicional com uma transmissão direta de sete horas, começa com uma missa solene, segue com um cortejo pelas ruas de Lisboa e termina no cemitério. E não só. Foi também um misto de funeral tradicional e manifestação de rua, com catarses, com palavras de ordem, com cânticos. E tudo isso estava ligado às

eleições presidenciais, que ocorreram no dia seguinte. Em tais eleições, Sá Carneiro apoiava um candidato que, afinal, veio a perder. Além dos efeitos a longo prazo que têm a ver com o primeiro líder de uma direita democrática nesta nova fase da política portuguesa, houve também uma tentativa de obter efeitos a curto prazo para se obter uma espécie de eficácia performativa daquele ritual mediático. A telecerimônia, como chamam alguns autores, é também um momento de censura. Mas há um outro aspecto de grande importância que tem a ver com a adesão do público. Estes acontecimentos são construídos como uma negociação entre três parceiros, em sociedades democráticas: o organizador (pode ser o Estado, pode ser a Igreja, pode ser outra Instituição), a mídia e o público. O público está em dois níveis: o público direto (por exemplo, o que assiste a uma manifestação nas ruas) e o público constituído como audiência. Se um desses três parceiros falha - e um dos que pode falhar é o público - pode-se dizer que o acontecimento não foi bem assistido. Meu estudo tem esta dupla perspectiva, referindo-se a um acontecimento de 1980. Portanto, já faz parte da história da mídia portuguesa.

FK: Seu trabalho parte de tese de doutoramento e leva em conta aspectos informativos que não estão restritos à cobertura jornalística. É necessário recorrer a outros campos de conhecimento? É possível, recorrendo a outros campos, dizer porque a população se comporta desta forma?

MM: Evidentemente que há vários estudos. Um é o do brasileiro Roberto Da Matta, na análise que faz dos funerais de Ayrton Senna. Há necessidade das pessoas de se identificarem com certos heróis coletivos e Da Matta vê nisso um aspecto também positivo. As pessoas projetam o melhor que há nelas na

admiração de um herói. É necessário recorrer à Sociologia, à Psicologia e, também, entre outros campos, à Semiologia. Tento fazer análise da imagem. Tento compreender como é narrada na televisão. A própria História ajuda a compreender o significado e a importância desses rituais...

FK: Como você escolheu esta temática para trabalhar?

MM: Há uma questão que tenho tentado responder a mim mesmo: porque escolhi esta temática de investigação? E costumo pensar que uma das razões que me levou a escolhê-la é o fato de ser jornalista e ter sempre vivido muito ligado ao mundo político da profissão, ligado a certas mitologias e a certos ideais da profissão, como, por exemplo, o ideal do contrapoder, o da imprensa como fiscalizadora do poder político.

Eu quis ver também como é que funcionava a mídia em uma situação diferente, que é, no fundo, aquela em que constrói o consenso, em que age como uma espécie de fábrica de consenso. Pareceu-me, portanto, que esta proposta de investigação de Dayan e Katz me permitia elucidar a questão. Há uma expressão que eu próprio localizei, que é o lugar do jornalista na cerimônia, parecida um pouco com a cobertura do circo. Aliás, isto vem na seqüência de uma ou outra afirmação de

Eu quis ver também como é que funcionava a mídia em uma situação diferente, que é, no fundo, aquela em que constrói o consenso, em que age como uma espécie de fábrica de consenso

”

Dayan e Katz, que é a de que os jornalistas agem como padres, agem como oficiantes da cerimônia quando colocados nesta situação de cerimônia pública. Por isso é que existem até jornalistas que costumam se recusar, ou procuram evitar pelo menos, fazer este tipo de serviço.

Por outro lado, é importante ver o pólo contrário, oposto ao telejornal, porque a própria lógica da construção televisiva é diferente. Enquanto que o telejornal procede por uma montagem subtrativa, em pequenos fragmentos, a cerimônia pública procede por uma montagem aditiva, prolonga-se, é um tempo mais lento que corre perante nossos olhos. Tivemos um acontecimento altamente emotivo recentemente, que foi a cerimônia pública do funeral da princesa Diana de Gales.

FK: Mudando um pouco de tema, Quando surgem e se consolidam os estudos gerais sobre Comunicação e específicos sobre Jornalismo em Portugal? Estão ligados ao surgimento das escolas?

MM: Estudos sobre jornalismo surgem ligados à Universidade, fundamentalmente a partir do Departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, o primeiro, criado em 1979. Surge fundado nas Ciências da Comunicação, tendo como paradigma a

idade de ouro do Jornalismo, baseado nas Ciências da Linguagem. Neste primeiro momento, o mundo do jornalismo teve um papel relativamente reduzido; aparecem algumas carreiras de jornalismo no terceiro e quarto ano (os dois últimos do curso). A esta altura, a Universidade estava mais preparada para dar uma resposta teórica aos grandes problemas da comunicação, mas pouco preparada e talvez pouco vocacionada para tratar das especificidades da área da mídia e do jornalismo, de suas práticas e de suas linguagens. Foi preciso quase uma década para que efetivamente os estudos sobre jornalismo tivessem um maior desenvolvimento e para que surgissem, já nos anos 90, teses sobre jornalismo. Até então havia teses mais sobre Comunicação e só por extensão abordavam-se questões propriamente do Jornalismo. Foi a partir do prof. Nelson Traquina, que tinha formação ligada à investigação norte-americana no domínio da sociologia do jornalismo, que se deu esse desenvolvimento.

FK: Como foi a repercussão do surgimento de escolas que formam jornalistas em Portugal pelos profissionais não formados?

MM: Desde os anos 40 o sindicato dos jornalistas sempre defendeu a existência do ensino de jornalismo e, mais recentemente, o ensino de jornalismo em nível universitário. No entanto, isto não foi fácil de estruturar, talvez porque a universidade, antes da Revolução de 25 de abril de 74 - a Revolução dos Cravos, que introduziu a democracia em Portugal - era muito elitista, que só via com bons olhos cursos como os que formavam advogados, médicos, engenheiros... Mesmo uma área como a sociologia começou a se desenvolver pouco antes da revolução de 25 de abril. A própria História, consagrada, raramente

se aproximava da história contemporânea. Neste quadro, a aprovação dos cursos de comunicação ou de jornalismo não era algo muito pertinente. E mesmo após o 25 de abril houve muitas resistências. Elas também existem na Universidade, mas foram quebradas aos poucos. Com o surgimento dos cursos, surgem divergências entre o meio acadêmico e o meio profissional. O meio acadêmico escolheu uma orientação bastante abrangente para os cursos, no sentido de uma grande área de comunicação, onde o jornalismo fosse apenas considerado como uma formação adjacente, complementar. Isso gerou equívocos. Como em Portugal não havia formação para jornalistas e como a maioria dos jornalistas não era licenciada também não foi fácil chamar profissionais que tivessem experiência, que fizessem carreira acadêmica e que ministrassem ensino adequado específico, quer no plano da pesquisa, quer no plano da iniciação às práticas profissionais. Isto não quer dizer que não exista nas redações uma certa tensão entre os jovens que saem das universidades e os jornalistas já instalados e jovens formados em outras áreas. Em Portugal seguir carreira profissional em jornalismo não está condicionado a ter curso superior na área. Basta, além disso, ter o ensino secundário. Atualmente, há uma tendência para que os novos jornalistas busquem tal diploma universitário na área. Mas é apenas uma tendência.

FK: Esta tendência pode se transformar em regulamentação nacional?

MM: Minha opinião é de que o ensino de jornalismo não deve ser condição para o acesso à profissão. Desejo, sim, que a formação universitária o seja, mas não obrigatoriamente em jornalismo. Acho vantajoso que dentro de uma profissão jornalística,

concebida como uma profissão aberta e não eminentemente técnica, haja um complemento técnico e um complemento ligado às formas de expressão. Acho vantajoso que, ao lado dos formados em Comunicação e Jornalismo, existam formados em outras áreas, como Direito, Economia, Sociologia e áreas científicas. Essas pessoas, que vêm de tais áreas, devem fazer o aprendizado específico daquilo que é próprio ao jornalismo.

FK: Esta aprendizagem seria em pós-graduação?

MM: Eventualmente em pós-graduação. Atualmente não há esta pós-graduação. Existem mestrados, mas são mais voltados para o ensino e para a pesquisa. O que existe atualmente são centros de formação profissional. Existe o Centro de Formação Profissional em Lisboa, que está ligado ao sindicato e às instituições patronais. E há o Centro de Formação de Jornalistas do Porto. Os dois podem auxiliar alguém que vem de outras áreas a adquirir uma formação específica. A meu ver, seria mais interessante que isto fosse feito no quadro de uma pós-graduação, que tivesse um caráter prático, como têm tais centros, e que tivesse, ao mesmo tempo, uma dimensão teórica, incluindo história, ética, deontologia, teoria da comunicação, teoria do jornalismo, sociologia da mídia, juntamente com as formas de expressão, com os gêneros jornalísticos e também, naturalmente, incluindo as tecnologias, da imprensa escrita à internet.

FK: Mas dentro de alguns anos, grande parte dos formados em jornalismo ocupará o mercado, à medida em que surgem novas escolas?

MM: Bem, a formação que existe é em Comunicação, sendo que a partir do terceiro ano há disciplinas voltadas para a

especificidade profissional em jornalismo. De qualquer forma, serão as próprias escolas que terão de demonstrar ao meio profissional que formam melhor para a função. Pode ser vantajoso, no entanto, que quem cubra economia seja um jornalista formado em economia, assim como quem cobre tribunais seja alguém formado em direito. O jornalismo tem componentes que envolvem uma arte, uma tecnologia, saberes científicos. É uma profissão que concentra, em seu interior, diversificadas formações. Acho que as escolas de comunicação e jornalismo terão de demonstrar que são capazes de formar bons profissionais e não a lei dizer que é obrigatória a titulação. Para mim, deveria ser obrigatório o diploma universitário em qualquer área e, depois, um mínimo de formação profissional propriamente dita. Estou à vontade para dizer isto porque entrei no jornalismo há 20 anos e não era titulado em nenhuma licenciatura. Só fiz a minha mais tarde, mas entendo que as coisas já evoluíram tanto em Portugal nos últimos 20 anos que faz sentido que esta exigência seja colocada como condição mínima de acesso à profissão. Haverá sempre possibilidades de abrir exceções. Ninguém discute se o Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, é um grande escritor e se não tem diploma universitário.

FK: Quantas escolas de comunicação e jornalismo há em Portugal e quais as principais?

MM: Há aproximadamente 30 cursos de comunicação, sendo alguns universitários e outros politécnicos. São dois níveis de ensino que existem em Portugal. Em relação ao final da década de 80, quando havia cinco ou seis, isto significa uma grande mudança. Responder qual os melhores é sempre complicado, mas posso dizer que há uma referência histórica que é o

Curso da Universidade Nova de Lisboa, que foi o primeiro. Há dois cursos fora de Lisboa que são referências, o da Universidade do Minho e o da Universidade da Beira Interior. Existe também o Curso da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que foi a primeira licenciatura em Jornalismo já nos anos 90. Existem, por sua vez, universidades privadas, como a Autónoma e a Lusófona, em Lisboa, e a Universidade Fernando Pessoa, no Porto, que já dão respostas com alguma qualidade. Há também a Universidade Católica em Lisboa. Há, portanto, um conjunto de cursos importantes. No Politécnico, a Escola Superior de Comunicação Social é também um curso concebido de uma forma válida e talvez melhor aparelhado em termos de laboratórios e tecnologia.

FK: Qual a média de alunos nas escolas e quais as que têm mais alunos de comunicação e jornalismo?

MM: Posso dizer, grosso modo, no conjunto, que 1500 alunos entram todos os anos para as escolas, sendo 500 para os cursos públicos e 1000 para os privados. Mas não tenho os dados detalhados aqui comigo.

FK: E o currículo das escolas?

MM: Lá em Portugal não há diretrizes

Em Portugal o Sindicato dos Jornalistas não aceita em seus quadros os assessores de imprensa. Portanto, se um jornalista opta por um emprego de assessor de imprensa, deve suspender sua carteira profissional durante o período em que exerce esta assessoria

”

curriculares. Os currículos são muito diversificados. Existe uma parte de cadeiras de Ciências Sociais e Humanas; depois, um conjunto das relativas às Ciências da Comunicação; e um terceiro conjunto de disciplinas de estudos sobre a Mídia (estudos mais teóricos sobre a mídia e o jornalismo); depois um outro de cadeiras mais profissionais em jornalismo, mais laboratoriais. Estes quatro eixos estão presentes. Eu diria que em Portugal a área menos desenvolvida, que tem a ver com problemas da própria pesquisa científica, é a dos estudos sobre a Mídia e o Jornalismo. É preciso ter em conta que a produção laboratorial deve estar baseada na teoria, se quisermos ter profissionais da mídia com visão diferente daquilo que tem sido tradicional, com uma perspectiva humanística, com uma perspectiva crítica sobre o seu próprio trabalho.

FK: Existe alguma resistência em relação à reflexão teórica e ética sobre a atividade profissional, no âmbito dos profissionais que exercem o jornalismo?

MM: Eu diria que existem vários grupos de profissionais. Há os que se filiaram a instituições como o Observatório da Imprensa. Há um clube de jornalistas, que passou a editar uma revista cha-

mada *Jornal & Jornalista*, que tem recorrido a universitários para nela colaborarem. É, portanto, um meio excelente de cooperação entre profissionais e acadêmicos. Existem outros jornalistas que não olham com simpatia para a Universidade e para o trabalho que fazem os universitários. Deve-se encarar estes fenômenos com naturalidade e procurar superar os obstáculos. Claro que de parte da Universidade nem tudo foi ou é perfeito. Existem por vezes discursos muito herméticos, muito fechados.

FK: E a função dos assessores de imprensa em Portugal? No Brasil cresceu muito e há disciplinas específicas na escola. No Brasil existe encontro de assessorias de comunicação. O número em Portugal é grande? Há o mesmo estatuto ou respeitabilidade profissional do assessor em relação ao jornalista profissional?

MM: Em primeiro lugar, a situação em Portugal é diferente, porque o Sindicato dos Jornalistas não aceita em seus quadros os assessores de imprensa. Portanto, se um jornalista opta por um emprego de assessor de imprensa, deve suspender sua carteira profissional durante o período em que exerce esta assessoria. E ainda se discute se ele não deveria ser obrigado a respeitar uma espécie de período “de luto” antes de retomar o exercício da profissão. Acho que deve haver uma clara separação entre uma coisa e outra, entre o assessor de imprensa e o jornalista. Evidentemente que a nível do ensino as escolas também formam, embora de uma maneira que tenham alguma separação. Por exemplo, em Portugal, ao final do segundo ano de escola, deve-se optar entre jornalismo e comunicação organizacional ou institucional. Dentro da área de jornalismo, não há disciplinas voltadas para assessoria de imprensa ou de

comunicação organizacional. Eu pessoalmente não vejo problema em que as pessoas dominem as duas técnicas, à medida em que os princípios deontológicos são diferentes. O aumento do número de assessores de imprensa é muito grande. Geralmente, os políticos preferem os jornalistas, porque contam com as relações que eles têm na imprensa, para colocarem as mensagens no melhor lugar e na melhor hora... Sente-se que existe uma diferença entre a situação brasileira e a situação portuguesa, uma diferença bastante significativa.

FK: Você é professor de Deontologia. Como vê a questão ética e deontológica, quais são os principais problemas que vê e os temas mais tratados em Portugal?

MM: Antes havia um código aprovado pela Constituição em 1976, muito ideológico, muito ligado às ideias de esquerda que se manifestaram durante a Revolução e nos anos 90. Em 1993, os jornalistas decidiram aprovar um novo código. É um código sucinto ligado à teoria tradicional do jornalismo. Nele, está explícita a necessidade de o jornalista se identificar como tal, está presente também a relação de meios e fins. Existem, por sua vez, jornais com livros de estilo que são documentos de inegável qualidade, mas não apenas estilístico, mas nos aspectos ético e deontológico. São publicações que o próprio leitor pode usar como instrumento de vigilância sobre seu próprio jornal. É um instrumento de quase autodefesa do leitor perante o jornal. Ao mesmo tempo, tem havido debates promovidos pelas instituições sindicais, pelo Observatório da Imprensa, pelo Clube dos Jornalistas, que lançou uma nova revista mensal. Portanto, há todo um conjunto de debates e há a introdução da figura do ombudsman, que surgiu na imprensa portuguesa a partir de 1997. Entre os quatro diários

de maior tiragem no país, três já têm ombudsman, o que é positivo. Estes são alguns dos referenciais deontológicos que existem no jornalismo português.

Relativamente a minha cadeira, chama-se Questões éticas e deontológicas do jornalismo. Há uma outra, ministrada por um colega meu, Direito e deontologia. Acho que nos cursos deveria haver três disciplinas: uma de Direito, uma de Ética da comunicação e outra de Deontologia. De preferência, deveriam ser ministradas por pessoas diferentes, isto é, uma do Direito, outra com formação em Filosofia e Ética, e outra com sensibilidade para questões profissionais da Deontologia. Minha preocupação é distinguir o que é do domínio da Ética e o que é do domínio da Deontologia: a Ética é fundamentalmente reflexiva e questionadora, enquanto que a Deontologia pode ser prescritiva. Digamos que a ética não se codifica e a deontologia codifica-se. A Deontologia deve ser sempre questionada do ponto de vista ético. Não devemos ver os códigos como feitos para a eternidade, mas como algo ligado a uma moral profissional, ligado a um determinado estágio de desenvolvimento da profissão, da indústria da mídia e da própria sociedade. Minha cadeira é um processo, voltado para a análise de casos concretos, mostrando não apenas o sentido de buscar um relativismo absoluto, mas estimulando um debate permanente para até legitimar a profissão. E para garantir a existência de um espaço público mediatizado que seja democrático. A Deontologia é um elemento importante para configurar a profissão, para uma sociologia da profissão, para buscar uma plataforma comum profissional. Portanto, seu desenvolvimento está sempre ligado ao próprio crescimento da profissão em termos culturais e sociais. E contribui para um maior reconhecimento e prestígio sociais da profissão.

FK: Você detectaria alguma contradição entre os princípios deontológicos dos códigos com o dia-a-dia da profissão. Se houver, a que atribuiria isso?

MM: Deontologia e ética colocam-se sempre no plano do dever ser. Neste aspecto, defrontam-se com problemas concretos que estão dentro do campo da mídia e do jornalismo, que por sua vez estão submetidos a vários outros campos. O importante é que tais constrangimentos sejam discutidos publicamente.

FK: Hoje, verifica-se no Brasil e em vários países uma tendência de megafusões de empresas da mídia com outros setores, como o agropecuário, o bancário... Esta tendência se verifica também em Portugal? Você acha que compromete o desempenho profissional cotidiano? Como se resolve este problema?

MM: Portugal é um país periférico da Europa, com um mercado muito pequeno. O desenvolvimento da profissão do jornalismo foi, durante muitos anos, asfixiado por dois fatores: a pequenez e indignidade do mercado, por um lado, e a censura prévia, por outro, que existiu durante 48 anos. Quando emerge a Revolução de abril, em 1974, havia 600 jornalistas em Portugal. Agora há mais de seis mil. O que quero dizer é que Portugal não poderá deixar de escapar a este processo de internacionalização, especialmente em áreas como o audiovisual, a Internet, as Telecomunicações, que influenciam a indústria da mídia. Na área da imprensa escrita, já houve alguns grupos estrangeiros que investiram em Portugal e o resultado não foi brilhante. Alguns até tiveram retorno muito pequeno. A tendência de globalização é de tal modo forte que não haverá ninguém que dela consiga escapar. De toda maneira, eu vejo esta evolução com alguma reserva. Este é um problema. É um problema para

o consumidor de informações, que não deve estar submetido ao interesse estratégico dos proprietários dessas mídias. Por outro lado, há um problema para a própria profissão de jornalista. Cada vez será menor a margem de decisão do próprio jornalista no quadro destes grandes conglomerados. E surge um outro problema na medida em que cada vez mais se fala em uma indústria dos conteúdos, na qual o jornalista perderia um pouco a sua especificidade. Poderia haver, futuramente, um produtor de conteúdos que tanto funcionaria para o jornalismo quanto para outras formas de comunicação, desde a programação das mídias até a comunicação empresarial, institucional, publicitária e assim por diante... São problemas graves que precisam ser devidamente analisados. Renova-se o problema da própria autonomia do jornalista, que sempre é relativa, sabemos disso.

FK: Estes temas são debatidos pelos profissionais ou por um conselho de imprensa... ou pelo ombudsman?

MM: São debatidos na imprensa portuguesa de forma genérica, pelos ombudsman, no âmbito dos congressos de sindicatos e dos universitários, da publicações académicas, de certas publicações de jornalistas.

Cada vez será
menor a margem
de decisão do
próprio jornalista
no quadro
dos grandes
conglomerados.
Surge outro
problema na
medida em que
cada vez mais
se fala em uma
indústria dos
conteúdos, na
qual o jornalista
perderia um
pouco a sua
especificidade.

”

FK: Com a redefinição proposta pela globalização e diante das novas tecnologias, como a Internet, o que mudaria em relação ao perfil profissional que se lutou tanto para ter na segunda metade do século 20? Mudaria substancialmente a atividade profissional ou o perfil permaneceria o mesmo?

MM: Existem aí aspectos contraditórios. Por um lado, a Internet dá ao jornalista uma possibilidade rara no plano da investigação. Permite fazer uma investigação muito mais aprofundada em certos temas. Permite acesso a outras publicações e a bancos de dados, por exemplo. Há toda uma série de dados que auxiliam a profissão. É o que se chama hoje de jornalismo assistido por computador. Portanto, permite fazer um jornalismo muito menos tendencioso do que aquele que, por vezes, é feito nas redações. Existem outros aspectos, relacionados à velocidade de informações e ao acesso à Internet. Há informações produzidas por não-jornalistas. Há cientistas, há também especialistas em produzir informações mais comerciais ou há simples cidadãos produzindo informação, sem preparação específica para isso. Tudo isto, que tem um aspecto negativo, no sentido de desorganização, tem outro aspecto positivo, no sentido de criar de novas situações. Pode aumentar o boato, a falsa notícia. Mas também as informações podem

circular mais livremente. Há, portanto, aspectos positivos e negativos. Além disso, há exigência de produção por vezes multimídia para o jornalista, tal como as empresas começam a pedir. Assim, existe o profissional que fará a mesma notícia para vários órgãos. Isto tem aspectos negativos do ponto de vista da uniformização da informação e existe, portanto, uma problemática muito séria em torno disto.

Quando os jornalistas começaram a aparecer na Internet, começaram a ser vistos com suspeição, por exemplo, pela comunidade científica, que antes pensava, como pensou sempre, que todos as mídias deveriam ser, essencialmente, instrumentos de divulgação científica e pedagógica. Hoje, o que acontece é que são os próprios jornalistas que tendem a ser considerados como ultrapassados por outros atores sociais que aparecem na mídia. Mas este é um problema mais global. É o problema do caos informativo e comunicativo, isto é, de como se vai gerir toda esta imensa quantidade de informações disponível. Por exemplo, para quem, como eu, que começou sua vida profissional de jornalista sob uma ditadura, com censura prévia, e que ainda há dez anos tinha problemas de falta de informação, quer como jornalista, quer como professor pesquisador, agora a situação é curiosamente paradoxal. Todos temos que nos auto-educar para saber como gerir esta informação sem que nos percamos nos seus labirintos. Sem que, por exemplo, nos tornemos uma espécie de drogados de uma informação que já não seria mais nada senão uma espécie de fim em si mesmo.

FK: Uma grande parte da população brasileira se informa pela tevê ou pelo rádio. O índice de leitura de jornais e revistas é bastante baixo, ao contrário de países como Noruega e Dinamarca, em que é bastante alto. O papel da tevê e do rádio é

muito significativo. Este papel continuaria via Internet, continuaria com tevê e rádio? E em Portugal, é a mesma coisa, ou há índice de leitura alto em mídia impressa?

MM: Em Portugal, o índice de leitura de mídia impressa é bastante baixo, é o mais baixo da Comunidade Europeia. As tiragens são, portanto, pequenas. Os jornais concentram-se sobretudo nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, que, comparando-se com o Brasil, são cidades médias. Lisboa tem dois milhões de habitantes. Portugal tem dez milhões de habitantes, população inferior a da cidade de São Paulo. Quando se compara Portugal com o Brasil somos obrigados a dizer que não são duas realidades da mesma natureza e da mesma dimensão. São problemáticas muito diferentes. Eu acho que o Brasil é uma sociedade em grande crescimento e acho que as potencialidades de expansão de um jornal são muito grandes.

Outra questão são os hábitos de leitura. Em Portugal, há muita gente da classe média que não lê jornal diário. Ocorre também que na classe média alta, nas profissões liberais, entre os universitários não existe o hábito de leitura diária de jornal. Lê-se, quando muito, um semanário. Ou então vê-se telejornais, que muitos julgam suficiente.

Com relação à segunda parte da pergunta, embora não seja um especialista, acho que teremos longos anos de coexistência entre a mídia tradicional e a Internet. Basta perceber os índices de distribuição de computador por habitante, mesmo nos países desenvolvidos e muito mais naqueles que chamam de “Terceiro mundo”. Acho - e não está na moda dizer isso - que a problemática enunciada no Relatório MacBride continua de pé. Acho que até se deveria elaborar um novo Relatório MacBride, deixando de lado aspectos ultrapassados. Mas a

problemática da desigualdade continua. Não só não foi resolvida pela tecnologia como foi agravada. Hoje em dia, a distância entre um superinformado e um sub-informado é muito maior do que em 1980, quando a Unesco divulgou o relatório. Só citar o relatório hoje parece fazer a pessoa se tornar um “dinossauro”. A verdade é que se deveria fazer um novo balanço da situação. Há, de um lado, um fascinante desenvolvimento tecnológico e, de outro, um aprofundamento das desigualdades. Seria o caso de verificar, no quadro internacional, a situação da comunicação. Esta situação está ligada a não resolução da situação econômica global, que é toda uma questão que o discurso dominante procura camuflar, na senda do predomínio neoliberal que existe.